

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	9
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	10
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	11
10.5 - Políticas contábeis críticas	17
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	24
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	25
10.8 - Plano de Negócios	26
10.9 - Outros fatores com influência relevante	27

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

***5.1. Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros.*****Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros e preço do algodão, têm nos ganhos da Companhia ou em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco do aumento do algodão

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado do algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais no custo da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente o mercado local e o mercado internacional, buscando antecipar-se ao movimento de preço. Adicionalmente a Companhia mantém estoque estratégico, visando equalizar custo e evitar a falta da matéria-prima e conseqüente prejuízo no processo industrial.

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da sua moeda funcional. As moedas na quais estas transações são denominadas são dólar norte-americano, euro e franco suíço.

Risco de taxa de juros

A Companhia e sua controlada estão expostas a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos financeiros. Com o objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e sua controlada adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos majoritariamente atrelados ao CDI, para ajustá-los a valores próximos aos valores de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**5. RISCOS DE MERCADO****5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Companhia, seus objetivos, estratégias e instrumentos.**

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela administração. No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles internos

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



5. RISCOS DE MERCADO

5.3. *Em relação ao último exercício social, indicação de alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos adotada.*

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



5.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgados nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**10.1 Os diretores devem comentar sobre:****a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia Industrial Cataguases (“CIC” ou “Companhia”) é uma indústria que atua no setor têxtil. Sua geração de caixa tem sido suficiente para cobrir suas despesas operacionais e suas dívidas. Ela investe constantemente na melhoria, manutenção e expansão da sua competitividade e capacidade produtiva. Para o financiamento destes investimentos, a CIC busca o apoio de bancos de fomento.

O ano de 2010 pode ser considerado um ano positivo para a Companhia Industrial Cataguases, mensurado tanto pelo forte desempenho operacional medido pelo EBITDA, quanto pela posição que passa a ocupar na indústria têxtil, consolidando-se como um dos principais fabricantes de tecidos finos para camiseria masculina e feminina no país.

A recuperação da economia brasileira, sustentada pela retomada dos investimentos e crescimento da demanda doméstica, encerrou o ano de 2010 com um crescimento de 7,5% do PIB, segundo dados do IBGE. Dentre os setores com maior expansão, está o setor de vestuário, cujo crescimento no varejo supera o índice do PIB.

A empresa soube reagir de maneira adequada ao difícil cenário de crescimento dos custos da matéria prima, algodão e logrou êxito em reduzir os impactos negativos da crise de suprimento mundial do insumo. Da mesma forma a Companhia Industrial Cataguases demonstrou firme reação sobre os efeitos da desvalorização do dólar nas exportações, garantindo margens compatíveis com as metas traçadas no Orçamento.

O momento atual da Cataguases é de posicionamento estratégico pelo fortalecimento competitivo, prosseguindo com o plano de investimento na expansão, capacitação avançada de recursos humanos, e no lançamento de produtos e coleções, agregando valor aos seus acionistas e segurança aos seus credores.

Atualmente, a Companhia apresenta uma posição patrimonial e financeira confortável e não há fatos para acreditarmos que tal situação se altere de forma significativa em um curto espaço de tempo, exceto pela forte influência de aspectos macroeconômicos extraordinários ainda não conhecidos.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**i. hipóteses de resgate****“ARTIGO 7º - (...)**

Parágrafo único – *O resgate poderá se efetuar de uma só vez ou por sorteio, a juízo do Conselho de Administração que, na operação, utilizará as reservas de capital ou os lucros.”*

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

De acordo com o artigo mencionado no item anterior as formas de resgate dar-se-ão de uma só vez ou por sorteio.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O endividamento líquido apresentou aumento de R\$ 10,951 mil em função de uma maior utilização de recursos próprios para os investimentos realizados no período bem como no financiamento aos nossos clientes, indutor de vendas no mercado interno. Entretanto cabe ressaltar o bom nível de endividamento líquido por LAJIDA de 1,5x.

Nos último 3 anos o índice de cobertura da dívida líquida foi:

Indicador	2008	2009	2010
Lajida	1,1	1,3	1,5

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente a principal fonte de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes é o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia não tem a intenção de utilizar fontes de financiamento para cobertura de liquidez.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES****CONTRATOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS RELEVANTES**

A tabela abaixo apresenta os contratos e empréstimo e financiamento mais relevantes:

Fonte	Assinatura	Finalidade	Juros	Vencimento	Saldo da Dívida (R\$ mil)			
					2007	2008	2009	2010
ABN AMRO REAL	29/10/2008	ALGODÃO	6,75% aa	26/06/2009	-	3.614	-	-
BBM	05/09/2008	CAP GIRO	CDI + 0,4% ao mês	05/08/2011	-	2.566	-	-
BDMG	15/06/2010	IMOBILIZADO	4,5% aa	15/06/2020	-	-	-	75
BNDES	08/03/2007	IMOBILIZADO	TJLP + 5,5% aa	15/03/2010	4.045	3.030	1.452	-
BNDES	08/05/2008	SISTEMAS	TJLP + 4,8% aa	15/04/2010	-	819	214	-
BNDES	20/10/2006	SISTEMAS	TJLP + 4,8% aa	15/11/2009	3.319	1.906	-	-
BNDES	09/06/2008	CAP GIRO	TJLP + 4,8% aa	15/05/2010	2.331	2.348	561	-
BNDES	30/09/2010	CAP GIRO	7% aa	15/12/2011	-	-	-	16.544
BRADESCO	13/07/2007	CAP GIRO	LIBOR + 0,5% aa	20/07/2011	5.832	5.958	4.481	2.936
BRADESCO	31/07/2009	ALGODÃO	6,75% aa	26/03/2010	-	-	798	-
BRADESCO	19/10/2009	ALGODÃO	6,75% aa	16/06/2010	-	-	313	-
BRADESCO	17/11/2009	ALGODÃO	6,75% aa	15/07/2010	-	-	1.334	-
BRADESCO	11/11/2008	ALGODÃO	6,75% aa	10/05/2009	-	942	-	-
BRADESCO	15/08/2008	ALGODÃO	6,75% aa	10/04/2009	-	329	-	-
BRADESCO	14/12/2009	ALGODÃO	6,75% aa	11/08/2010	-	-	482	-
BRASIL	08/02/2006	CAP GIRO	LIBOR + 2% aa	10/04/2009	2.852	929	-	-
BRASIL	31/07/2008	IMOBILIZADO	EURO + 6,01% aa	22/11/2011	6.290	9.702	6.384	5.581
BRASIL	31/03/2010	CAP GIRO	TR + 10,942% aa	25/05/2011	-	-	-	2.100
BRASIL	28/08/2009	CAP GIRO	DÓLAR + 2,15% aa	24/02/2010	-	-	1.943	-
BRASIL	30/10/2009	CAP GIRO	TR + 9,93% aa	20/10/2011	-	-	7.134	6.000
BRASIL	21/09/2007	CAP GIRO	TJLP + 2,53% aa	22/12/2008	4.620	-	-	-
BRASIL	25/03/2009	CAP GIRO	LIBOR + 7,5% aa	27/03/2012	-	-	3.063	1.840
BRASIL	28/07/2010	CAP GIRO	11,25% aa	15/06/2012	-	-	-	4.616
BRASIL	01/06/2007	CAP GIRO	11,12% aa	11/06/2008	754	-	-	-
BRASIL-NCI-FAT	21/09/2007	CAP GIRO	TJLP + 2,53% aa	21/08/2009	-	1.732	-	-
DIBENS	28/04/2008	IMOBILIZADO	IGP-M / IPCA	28/03/2011	-	68	13	-
HSBC	26/09/2008	ALGODÃO	6,75% aa	22/05/2009	-	1.090	-	-
HSBC	20/10/2007	ALGODÃO	6,75% aa	17/04/2008	249	-	-	-
HSBC	11/11/2007	ALGODÃO	6,75% aa	09/05/2008	1.463	-	-	-
HSBC	26/09/2009	CAP GIRO	DÓLAR + 6,7% aa	04/06/2012	-	-	3.482	2.222
HSBC	01/12/2010	ALGODÃO	6,75% aa	30/05/2011	-	-	-	1.728
HSBC	30/06/2007	IMOBILIZADO	IGP-M / IPCA	30/06/2012	-	158	28	-
ITAU	26/03/2007	CAP GIRO	103,80% do CDI	17/03/2010	2.280	1.742	884	-
ITAU	10/08/2009	ALGODÃO	6,75% aa	07/04/2010	-	-	1.220	-
ITAU	20/11/2009	ALGODÃO	6,75% aa	19/05/2010	-	-	804	-
ITAU	23/10/2009	ALGODÃO	6,75% aa	23/06/2010	-	-	600	-
ITAU	29/10/2009	ALGODÃO	6,75% aa	25/06/2010	-	-	589	-
ITAU	21/12/2009	ALGODÃO	6,75% aa	19/08/2010	-	-	759	-
ITAU	24/11/2009	ALGODÃO	6,75% aa	23/07/2010	-	-	253	-
ITAU	09/09/2009	ALGODÃO	6,75% aa	07/05/2010	-	-	529	-
ITAU	14/12/2009	ALGODÃO	6,75% aa	12/08/2010	-	-	1.154	-
ITAU	21/08/2008	ALGODÃO	6,75% aa	17/04/2009	-	902	-	-
ITAU	21/09/2009	ALGODÃO	6,75% aa	19/05/2010	-	-	785	-
ITAU	15/10/2010	ALGODÃO	6,75% aa	13/04/2011	-	-	-	4.676
ITAU	12/02/2007	CAP GIRO	LIBOR + 1,55% aa	20/01/2012	3.266	3.316	1.853	1.088
ITAU	28/03/2010	CAP GIRO	VC + 3,70% aa	21/03/2011	-	-	-	1.714
ITAU	23/04/2010	CAP GIRO	LIBOR 4,4% aa	30/03/2015	-	-	-	5.070
ITAUTEC	13/04/2007	IMOBILIZADO	IGP-M / IPCA	06/01/2012	-	239	226	77
SANTANDER	07/11/2010	ALGODÃO	6,75% aa	06/05/2011	-	-	-	2.786
SANTANDER	01/07/2010	CAP GIRO	LIBOR + 4,25% aa	16/06/2015	-	-	-	5.068
SANTANDER	05/04/2006	CAP GIRO	LIBOR + 2% aa	25/03/2009	-	473	-	-
SANTANDER	05/04/2006	CAP GIRO	LIBOR + 2% aa	10/09/2008	1.455	-	-	-
SANTANDER	16/05/2008	ALGODÃO	6,75% aa	12/11/2008	1.516	-	-	-
SANTANDER	18/09/2009	ALGODÃO	6,75% aa	14/05/2010	-	-	567	-
SANTANDER	25/08/2009	ALGODÃO	6,75% aa	22/04/2010	-	-	312	-
UNIBANCO	03/10/2007	ALGODÃO	6,75% aa	31/03/2008	1.745	-	-	-
UNIBANCO	07/01/2008	CAP GIRO	8,50% aa	17/01/2011	-	9.441	7.238	559
UNIBANCO	12/03/2008	IMOBILIZADO	7,00% aa	15/03/2016	-	6.992	6.272	5.905
UNIBANCO	09/02/2007	CAP GIRO	LIBOR + 2,08% aa	19/01/2012	4.494	4.981	2.933	1.477
VOTORANTIM	01/12/2010	ALGODÃO	6,75% aa	30/05/2011	-	-	-	840

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços bancários com diversas instituições financeiras como contratos de conta corrente e transferência bancária e contratos de prestação de garantias, etc.

- iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

- iv. **comentário sobre eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

Os empréstimos e financiamentos não estão sujeitos a cláusulas restritivas (*covenants*)

- g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os contratos de financiamento da Companhia estão completamente liberados ou utilizados pela mesma.

- h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Ativo Circulante – **Aumento na ordem de 9,87%, em decorrência de:**

Estoques: Aumento de importação de matéria-prima e elevação acentuada no preço do algodão (90%)

Ativo Não Circulante

Não houve alterações significativas.

Passivo Circulante – **Aumento da ordem de 30,11%, em decorrência de:**

Financiamentos: Aumento de financiamento para capital de giro e investimentos em imobilizado.

Passivo Não Circulante - **Redução da ordem de 12%, em decorrência basicamente de:**

Financiamentos: Migração dos financiamentos de curto prazo para longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**10.2 Descrever as principais tendências futuras identificadas para cada um dos subitens do item 10.1****a.** resultados das operações do emissor, em especial:**i.** descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional da Companhia é composta pela venda de tecidos 100% algodão.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O custo dos produtos vendidos cresceu 13,1% passando de R\$ 131.239 mil em 2009 para R\$ 148.463 mil em 2010, principalmente, pela elevação dos gastos gerais de fabricação, do forte aumento da matéria prima algodão e das vendas de produtos de maior valor agregado.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita líquida alcançou R\$191.594 mil em 2010 (R\$171.136 mil em 2009), apresentando um acréscimo de 12,0%. Este crescimento deu-se principalmente pela performance dos preços praticados no mercado interno e ao aumento dos volumes vendidos ao exterior.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Em 2010, o nosso resultado financeiro líquido foi positivo de R\$ 8.484 mil (positivo de R\$ 12.821 mil em 2009). Contribuiu diretamente para este desempenho o evento extraordinário em 2009 de ganho com reversão de juros e multa sobre impostos e contribuições pela adesão ao Programa de parcelamento – REFIS IV que totalizaram R\$ 4.218 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a.** introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alienação ou introdução de segmento operacional relevante durante o exercício de 2010.

- b.** constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária durante o exercício de 2010.

- c.** eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais com efeitos relevantes nas demonstrações financeiras durante o exercício de 2010.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**10.4 Descrever as principais tendências futuras identificadas para cada um dos subitens do item 10.3:****a. As mudanças significativas nas práticas contábeis**

Estas são as primeiras demonstrações financeiras da Companhia preparadas de acordo com as IFRS e CPC nas quais o CPC 37 foi aplicado.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC, exceto nos casos indicados em contrário.

Na preparação de sua demonstração de posição financeira de abertura em IFRS e CPC, a Companhia ajustou valores anteriormente apresentados em demonstrações financeiras preparadas de acordo com a prática contábil anteriormente adotada.

A aplicação destas novas normas impactou montantes anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, os fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010, tanto para o controladora e para controlada, foram preparados de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) o qual é consistente com os requerimentos do IAS 7.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial conforme BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado de forma consolidada e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações contábeis individuais.

b. Os efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No quadro a seguir estão demonstrados os efeitos patrimoniais e no resultado do exercício em função da adoção das IFS / CPCs:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



	01 de janeiro de 2009			Controladora 31 de dezembro de 2009		
	Anteriormente apresentado	Após a adoção		Anteriormente apresentado	Após a adoção das	
		Adoção das novas normas	das novas normas		novas normas	novas normas
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	29.162	(7.091)	22.071	28.499	(9.720)	18.779
Outros investimentos, incluindo derivativos	-	7.091	7.091	-	9.720	9.720
Contas a receber de clientes	40.419	5.402	45.821	40.538	6.988	47.526
Estoques	41.016	-	41.016	43.385	(480)	42.905
Impostos a recuperar	6.139	-	6.139	5.773	-	5.773
Créditos precatórios	852	-	852	955	-	955
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.171	(1.171)	-	981	(981)	-
Outras contas a receber	2.599	-	2.599	1.394	-	1.394
Total do circulante	121.358	4.231	125.589	121.525	5.527	127.052
Depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos, incluindo derivativos	-	540	540	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.227	1.171	3.398	1.028	981	2.009
Impostos a recuperar	5.601	-	5.601	6.312	-	6.312
Créditos precatórios	5.236	-	5.236	3.035	-	3.035
Propriedades para investimento	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	2.688	(540)	2.148	-	-	-
	15.752	1.171	16.923	10.375	981	11.356
Investimentos	11.504	-	11.504	8.209	51	8.260
Imobilizado	63.762	26.504	90.266	64.763	28.423	93.186
Intangível	2.111	-	2.111	2.103	-	2.103
	77.377	26.504	103.881	75.075	28.474	103.549
Total do não circulante	93.129	27.675	120.804	85.450	29.455	114.905
Total do ativo	214.487	31.906	246.393	206.975	34.982	241.957

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



	01 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009		
	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas
Passivo						
Fornecedores	5.977	-	5.977	7.172	-	7.172
Empréstimos e financiamentos	26.417	5.402	31.819	32.485	6.988	39.473
Salários, encargos e contribuições sociais	4.456	(3.407)	1.049	4.152	(2.943)	1.209
Obrigações tributárias	2.321	-	2.321	563	-	563
Imposto de renda e contribuição social	2.524	-	2.524	19	-	19
Dividendos/juros sobre o capital próprio	2.198	-	2.198	6.503	-	6.503
Comissões a pagar	1.566	(1.566)	-	1.855	(1.855)	-
Provisões diversas	-	4.730	4.730	-	4.534	4.534
Outras contas a pagar	3.569	243	3.812	3.130	264	3.394
Total do circulante	49.028	5.402	54.430	55.879	6.988	62.867
Empréstimos e financiamentos	36.860	-	36.860	26.175	-	26.175
Provisão para contingências	7.091	-	7.091	3.681	-	3.681
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.628	9.011	19.639	10.041	8.358	18.399
Obrigações tributárias	5.734	-	5.734	770	-	770
Total do não circulante	60.313	9.011	69.324	40.667	8.358	49.025
Total do passivo	109.341	14.413	123.754	96.546	16.716	111.892
Capital social	63.948	-	63.948	73.289	-	73.289
Reserva de capital	3.056	-	3.056	-	-	-
Reserva reavaliação	21.293	-	21.293	19.670	-	19.670
Ajuste de avaliação patrimonial	-	17.493	17.493	-	16.227	16.227
Reserva de lucros	16.849	-	16.849	17.470	3.409	20.879
	105.146	17.493	122.639	110.429	19.636	130.065
Total do passivo e patrimônio líquido	214.487	31.906	246.393	206.975	36.352	241.957

	01 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009		
	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas
Resultado						
Receita líquida	154.903	-	154.903	171.136	-	171.136
Custos de vendas de produtos	(107.003)	-	(107.003)	(132.678)	1.439	(131.239)
Lucro bruto	47.900	-	47.900	38.458	-	39.897
Vendas	(18.909)	-	(18.909)	(20.691)	-	(20.691)
Administrativas e gerais	(15.741)	-	(15.741)	(11.431)	-	(11.431)
Outras (despesas) receitas operacionais	(613)	-	(613)	(541)	-	(541)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	12.637	-	12.637	5.795	-	7.234
Despesas financeiras	(15.894)	-	(15.894)	(13.662)	-	(13.662)
Receitas financeiras	15.101	-	15.101	26.483	-	26.483
Receita (despesas) financeiras líquidas	(793)	-	(793)	12.821	-	12.821
Resultado da equivalência patrimonial	334	-	334	591	51	642
Resultado líquido antes dos impostos	12.178	-	12.178	19.207	-	20.697
Imposto sobre o lucro	(2.966)	-	(2.966)	(3.569)	-	(3.569)
Participação empregados	-	-	-	(1.201)	-	(1.201)
Resultado do período	9.212	-	9.212	14.437	-	15.927

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



	Consolidado					
	01 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009		
	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	31.803	(7.091)	24.712	28.841	(9.720)	19.121
Outros investimentos, incluindo derivativos	-	7.091	7.091	-	9.720	9.720
Contas a receber de clientes	40.480	5.402	45.882	40.544	6.988	47.532
Estoques	41.016	-	41.016	43.385	(480)	42.905
Impostos a recuperar	6.433	-	6.433	6.619	-	6.619
Créditos precatórios	852	-	852	955	-	955
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.171	(1.171)	-	981	(981)	-
Outras contas a receber	1.680	-	1.680	1.247	-	1.247
Total do circulante	123.435	4.231	127.666	122.572	5.527	128.099
Depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos, incluindo derivativos	-	540	540	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.430	1.171	3.601	1.231	981	2.212
Impostos a recuperar	5.601	-	5.601	6.312	-	6.312
Créditos precatórios	5.236	-	5.236	3.035	-	3.035
Propriedades para investimento	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	2.688	(540)	2.148	-	-	-
	15.955	1.171	17.126	10.578	981	11.559
Investimentos	694	-	694	48	-	48
Imobilizado	72.873	26.504	99.377	72.589	28.474	101.063
Intangível	2.111	-	2.111	2.103	-	2.103
	75.678	26.504	102.182	74.740	28.474	103.214
Total do não circulante	91.633	27.675	119.308	85.318	29.455	114.773
Total do ativo	215.068	31.906	246.974	207.890	34.982	242.872

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



	Consolidado					
	01 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009		
	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas
Passivo - Controladora						
Fornecedores	5.994	-	5.994	7.190	-	7.190
Empréstimos e financiamentos	26.417	5.402	31.819	32.485	6.988	39.473
Salários, encargos e contribuições sociais	4.456	(3.407)	1.049	4.152	(2.943)	1.209
Obrigações tributárias	2.322	-	2.322	563	-	563
Imposto de renda e contribuição social	2.855	-	2.855	802	-	802
Dividendos/juros sobre o capital próprio	2.198	-	2.198	6.503	-	6.503
Comissões a pagar	1.566	(1.566)	-	1.855	(1.855)	-
Provisões diversas	-	4.730	4.730	-	4.534	4.534
Outras contas a pagar	3.571	243	3.814	3.141	264	3.405
Total do circulante	49.379	5.402	54.781	56.691	6.988	63.679
Empréstimos e financiamentos	36.860	-	36.860	26.175	-	26.175
Provisão para contingências	7.091	-	7.091	3.681	-	3.681
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.855	9.011	19.866	10.141	8.358	18.499
Obrigações tributárias	5.734	-	5.734	770	-	770
Total do não circulante	60.540	9.011	69.551	40.767	8.358	49.125
Total do passivo	109.919	14.413	124.332	97.458	16.716	112.804
Capital social	63.948	-	63.948	73.289	-	73.289
Reserva de capital	3.056	-	3.056	-	-	-
Reserva reavaliação	21.293	-	21.293	19.670	-	19.670
Ajuste de avaliação patrimonial	-	17.493	17.493	-	16.227	16.227
Reserva de lucros	16.849	-	16.849	17.470	3.409	20.879
	105.146	17.493	122.639	110.429	19.636	130.065
Participação acionistas não controladores	3	-	3	3	-	3
Total do passivo e patrimônio líquido	215.068	31.906	246.974	207.890	36.352	242.872

	Consolidada					
	01 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009		
	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas
Resultado						
Receita líquida	155.137	-	155.137	171.167	-	171.167
Custos de vendas de produtos	(107.003)	-	(107.003)	(132.678)	1.439	(131.239)
Lucro bruto	48.134	-	48.134	38.489	-	39.928
Vendas	(18.909)	-	(18.909)	(20.691)	-	(20.691)
Administrativas e gerais	(16.477)	-	(16.477)	(11.605)	-	(11.605)
Outras (despesas) receitas operacionais	(10)	-	(10)	456	-	456
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	12.738	-	12.738	6.649	-	8.088
Despesas financeiras	(15.894)	-	(15.894)	(13.664)	-	(13.664)
Receitas financeiras	15.204	-	15.204	26.550	-	26.550
Receita (despesas) financeiras líquidas	(690)	-	(690)	12.886	-	12.886
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-	51	51
Resultado líquido antes dos impostos	12.048	-	12.048	19.535	-	21.025
Imposto sobre o lucro	(2.099)	-	(2.099)	(3.897)	-	(3.897)
Participação empregados	(737)	-	(737)	(1.201)	-	(1.201)
Resultado do período	9.212	-	9.212	14.437	-	15.927

c. As ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não há ressalvas, limitações de escopo ou mesmo parágrafos de ênfase no parecer auditor independente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Abaixo apresentamos as práticas contábeis que, na avaliação da Administração, são as mais relevantes na confecção e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia:

1. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

*Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa do Grupo são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009**Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo

3. Imobilizado***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006 efetuada no BR GAAP.

A Companhia optou por valorizar alguns dos seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que o custo histórico deduzido não representa a melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução do valor recuperável quando requerido e por não apresentar os seus valores de aquisição de maneira consistente aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: a) o custo de materiais e mão de obra direta; b) outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; c) e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 15.

Abaixo segue comparativo da taxa de depreciação anual de 31 de dezembro de 2010 com 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009.

	Taxa de depreciação % em 31/12/2010	Taxa de depreciação % em 31/12/2009 e 01/01/2009
Edificações	5,5	5,5
Máquinas e equipamentos	9	9
Instalações	9	9
Móveis e utensílios	10 e 20	10 e 20
Veículos	20	20
Intangível	20	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

*4. Redução ao Valor Recuperável (Impairment)**Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 01 de janeiro de 2009.

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

5. Benefícios a empregados - Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

6. Provisões para contingências

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



A Companhia e sua controlada são parte (pólo passivo) em ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Considerando o prognóstico dos processos judiciais em andamento classificados em perda provável, possível ou remota, realizado pelos nossos assessores legais, registramos a provisão para perdas prováveis. Portanto, uma contingência é reconhecida em nosso Balanço quando: (a) a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco exigidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas juntos aos nossos assessores legais e consultores jurídicos internos.

								Controladora e consolidado	
	01/01/2009	Adição	Baixa	Atualização	31/12/2009	Adição	Baixa	Atualização	31/12/2010
Trabalhista	210	30	(210)	-	30	-	(20)	-	10
Tributária	8.179	-	(3.748)	77	4.508	-	-	-	4.508
Cível	16.407	5.233	-	125	21.765	5.097	(16.806)	117	10.173
Outras	78	85	(50)	-	113	-	-	-	113
	24.874	5.348	(4.008)	202	26.416	5.097	(16.826)	117	14.804
Depósitos judiciais	(17.783)	(5.273)	321	-	(22.735)	(5.559)	16.819	-	(11.475)
	7.091	75	(3.687)	202	3.681	(462)	(7)	117	3.329

Tributárias:

ICMS – Tarifa do Uso da Rede do Sistema Nacional de Energia Elétrica (“TUSD”) - MG - Refere-se à discussão judicial sobre a legalidade da cobrança do ICMS sobre o direito de uso das linhas de transmissão de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2010, a provisão constituída monta a R\$3.916 (R\$3.916 em 31 de dezembro de 2009). Os depósitos judiciais efetuados no âmbito desse processo montam em R\$3.916 nas mesmas datas base.

Encargo de Capacidade Emergencial (“ECE”) – Refere-se à discussão judicial sobre a inconstitucionalidade e ilegalidade da ECE e Encargos de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial (“EAE”), em virtude da existência de vícios técnicos quando da instituição dessas exações. Em 31 de dezembro de 2010, a provisão constituída monta a R\$2.197 (R\$ 2.080 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia efetuou depósitos judiciais para essa causa no montante de R\$335.

Auto de Infração INSS – refere-se à discussão sobre suposta irregularidade na apuração e recolhimento das verbas previdenciárias sobre assistência médica, seguro de vida, cartão de crédito corporativo e vínculo empregatício no valor aproximado de R\$3.000. A autuação ocorreu em 01/12/2010, a Companhia apresentou defesa em 29/12/2010, os patronos dos autos consideram o êxito do mesmo como possível, a discussão encontra-se em esfera administrativa, não tendo sido esgotadas suas possibilidades de defesa na esfera judicial.

Cível:

Discussão contratual de reajuste de preço de energia elétrica – Em fevereiro de 2006, a Companhia ingressou com uma ação ordinária de revisão contratual em face de um de seus fornecedores de energia elétrica. O objeto dessa ação judicial é discutir o reajuste dos valores contratados. O saldo remanescente dessa discussão legal é de R\$20.139 (R\$17.125 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia possui depósitos judiciais para essa

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

causa no montante de R\$6.472, sendo que a parte contrária levantou parcialmente o depósito judicial no montante de R\$ 16.805 (R\$ 18.180 em 31 de dezembro de 2009).

7. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos freqüentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a.** grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia vem promovendo um fortalecimento da sua estrutura geral de controles internos, para tanto foi contratada a empresa Terco Grant Thornton para elaboração de um projeto de gestão de riscos e metodologia de revisão de controles internos buscando estruturar a coordenação interna e equipe para acompanhar e absorver a metodologia de gestão de riscos.

- b.** comentários sobre as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O relatório de recomendações sobre os controles internos apresentado pelo auditor independente contém recomendações de materialidade não relevante para o valor e capacidade de pagamento da companhia e está sendo acompanhado pela administração.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009***10.7. Comentários sobre oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar :***

- a.** comentários sobre como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não foi realizada oferta pública de distribuição de valores mobiliários da Companhia

- b.** comentários sobre desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica

- c.** comentários sobre tais desvios

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

***10.8 Comentários sobre itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:***

- a. Comentários sobre ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
 - i. Comentários sobre arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
 - i. Comentários sobre carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
 - ii. Comentários sobre contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iii. Comentários sobre contratos de construção não terminada
 - iv. Comentários sobre contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia, em 31 de dezembro de 2010, não possui ativos e/ou passivos que não aparecem em suas demonstrações financeiras ou que não estejam divulgados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

- b. Comentários sobre outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**10.9. Comentários sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8 :**

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

- b. natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.